

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

7 de abril de 2017|Número 044

BOLETIM informativo



FETEC CUT
Centro Norte

A restauração neoliberal sob o (des)governo Temer

Em um acordo frágil, as elites golpistas aceitaram o escárnio e a impunidade em troca da implementação de uma agenda para desmontar o Estado social e o Estado indutor do crescimento.

Pedro Rossi* e Guilherme Mello**

Uma associação de interesses levou ao golpe político que destituiu Dilma Rousseff do poder. De um lado, os membros da classe política inconformados com a resistência (ou incapacidade) da presidenta eleita em atuar para “estancar a sangria” ou salvá-los da operação Lava Jato. De outro lado, os interesses em torno do projeto econômico neoliberal, fortalecidos pela crise econômica e por um sentimento de insatisfação generalizado. Temer assume para atender a esses dois grupos de interesse: governa para “estancar a sangria” e terceiriza a gestão econômica para os porta-vozes do novo projeto econômico. Assim, em um acordo frágil, as elites golpistas aceitaram o escárnio e a impunidade em troca da implementação de uma agenda para desmontar o Estado social e o Estado indutor do crescimento.

O desastre econômico e político em que se encontrava o Brasil em 2016 abriu espaço para o que Naomi Klein chamou de “doutrina do choque”, uma filosofia de poder que sustenta que a melhor oportunidade para impor as ideias radicais é no período subsequente ao de um grande choque social. É exatamente o que acontece hoje no Brasil: no momento da maior retração da renda da história, em pleno “Estado de calamidade institucional”, quando há claramente uma desarmonia entre os poderes da república, ocorre a imposição de uma agenda neoliberal, de caráter radical, cujo objetivo é transformar rapidamente os princípios e a natureza do Estado brasileiro e da Constituição de 1988. Ao atuar em várias frentes, imprimindo urgência e celeridade às reformas, a reação demora a se estabelecer e não é suficiente para sensibilizar uma classe política refém das elites e preocupada em salvar a pele.

A primeira grande reforma, que traz consigo o DNA orientador do novo projeto de país, é a reforma do regime fiscal, ou a PEC 55, que prevê a limitação constitucional dos gastos públicos por 20 anos, fato internacionalmente inédito. Em sua essência, a PEC impossibilita ao Estado o cumprimento das obrigações vigentes na Constituição Federal de 1988. É o fim do Estado garantidor de direitos, uma vez que a proposta impõe uma diminuição do tamanho e do papel do Estado, impossibilitando o funcionamento dos serviços públicos e da rede de proteção social. Além disso, ao canalizar toda sua ação para limitar o crescimento do gasto primário, o governo deixa de atacar alguns dos principais sorvedouros de recursos públicos nos últimos anos: as desonerações fiscais, a sonegação fiscal e o pagamento de juros nominais que respondeu por mais de 8% do PIB em 2015, mais ou menos o valor gasto com toda a previdência social. Ademais, o governo se recusa a debater o injusto e ineficiente sistema tributário brasileiro, que faz com que pobres paguem a maior parte da sua renda em impostos, enquanto ricos sejam desonerados e tenham a possibilidade de contribuir com menos de 30% de sua renda em tributos. Já a segunda grande reforma estrutural apresentada por Temer é a reforma da previdência, que propõe um conjunto de mudanças draconianas nas regras do sistema, com destaque para o aumento do mínimo de contribuição de 15 para 25 anos e dos 49 anos de trabalho para usufruir o benefício pleno. Tal reforma é contraproducente ou hipócrita. Contraproducente, pois, diante das novas regras os contribuintes vão buscar driblar a previdência e se juntar aos 40% da força de trabalho que já não contribui, o que vai quebrar o sistema ao invés de “salvá-lo”.

Hipócrita pois ela esconde o seu verdadeiro objetivo que é, justamente, quebrar a previdência social e ampliar o espaço de atuação dos fundos privados de previdência. No fundo, os porta-vozes da reforma escondem, por detrás das ginásticas contábeis, uma rejeição à própria existência de um regime de previdência social de repartição, fundado em um pacto de solidariedade social, e uma simpatia pelos sistemas privados de capitalização, fundados na lógica individualista. Se pelo menos isso fosse explicitado, não seriam hipócritas.

O ataque sobre os direitos dos trabalhadores não termina, porém, com a proposta de reforma previdenciária. O governo planeja aprovar ainda em 2017 uma reforma trabalhista, que reduza ou flexibilize diversos direitos trabalhistas, avançando na terceirização e garantindo protagonismo da negociação direta entre empresários e trabalhadores sobre a legislação

trabalhista. Em um momento recessivo como atual, com elevadas taxas de desemprego, a conclusão óbvia é que tal reforma, se aprovada, deve precarizar ainda mais o mercado de trabalho brasileiro, ampliando o recuo do salário real, que já foi forte em 2016.

A orientação neoliberal do governo Temer também aparece na sua relação com os bancos públicos e as estatais. No BNDES, a orientação é a de “enxugar”, reduzir o volume de empréstimos, extinguir a TJLP, rever a exigência de conteúdo local e reduzir o enfoque setorial dos empréstimos. Essa nova orientação resgata o papel subordinado BNDES exercido no período neoliberal da década de 1990, como financiador de poucas áreas, menor papel social e maior participação no processo de privatizações. Não por acaso, o banco transformou a área de “Estruturação de Projetos” em área de “Desestatização” onde o superintendente remete diretamente à presidência do banco. Com o BNDES reconfigurado, o Estado perde um poderoso instrumento de política industrial e de reação anticíclica diante de crises como a de 2009, quando o BNDES teve um papel importante na sustentação da produção industrial, das exportações e do investimento. E por falar em desmonte do patrimônio público, a forma de enfrentamento da crise dos Estados da Federação tem sido marcada pelas condicionalidades do Governo Federal exigidas na negociação das dívidas, dentre elas as privatizações e o enxugamento da máquina pública. Assim, austeridade e desmonte da máquina pública se combinam reforçando a contração da renda.

A mesma opção pelo “enxugamento” pode ser vista na nova gestão da Petrobras, comandada por Pedro Parente. Parente, ex-ministro de FHC, ampliou o plano de desinvestimentos da estatal, reduzindo em 25% a previsão de novos investimentos até 2021. Essa mudança de orientação combina perfeitamente com as seguidas vendas de ativos e campos de petróleo por parte da Petrobras, culminando na mudança do marco regulatório do Pré-sal, que tira o direito da Petrobras de ser operadora única destes campos. Na prática, privatiza-se a empresa a conta gotas, com venda de ativos, retirada de atividades e abertura de espaço para as grandes petroleiras estrangeiras assumirem um espaço privilegiado no mercado de petróleo nacional.

A Petrobras sempre foi um instrumento de desenvolvimento, um sistema que vai do “poço ao posto”, a começar pela exploração do petróleo bruto até a venda e comercialização de derivados e outros combustíveis de gasolina. O controle dessas cadeias produtivas permite estimular a geração de renda e emprego, agregar valor à produção, priorizar insumos locais, absorver choques de preços externos, contribuir para soberania energética, gerar tecnologia etc. Contudo, ao abandonar diversas áreas de atuação, como a petroquímica, os setores de biocombustíveis e fertilizantes, a Petrobras caminha para se tornar uma mera exportadora exportadora de óleo cru e importadora de máquinas e equipamentos.

Portanto, a política econômica do governo Temer atua em dois planos. No primeiro desmonta-se a capacidade do Estado de promover as políticas sociais e fragiliza-se a posição dos trabalhadores. Nessa direção, destacam-se o novo regime fiscal que compromete o gasto social, as reformas da previdência e trabalhista. No segundo plano, desmonta-se a capacidade do Estado de induzir o crescimento e de transformar a estrutura produtiva por meio do novo regime fiscal que limita o gasto com investimento público, a privatização da gestão dos bancos públicos e da Petrobras.

*Professor do Instituto de Economia da Unicamp, diretor do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da Unicamp e coordenador do Conselho Editorial do Brasil Debate.

**Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP).

<http://brasildebate.com.br/a-restauracao-neoliberal-sob-o-des-governo-temer/>

A terceirização irrestrita ameaça a sobrevivência da Previdência Social

O trabalho precarizado deve comprometer a arrecadação previdenciária, justamente quando o governo propõe uma draconiana reforma do setor

Rodrigo Martins

Rodolfo Buhner/La Imagem/FotoArena



Quando a barca neoliberal aporta em terras brasileiras, o trabalhador é convertido em uma espécie de Geni, alvo das pedradas retóricas de quem enxerga o custo da mão de obra como um obstáculo ao crescimento econômico. Ao defender a imposição de uma idade mínima para a aposentadoria, objetivo malogrado durante seu governo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chamou de “vagabundos” aqueles que se aposentavam mais cedo.

Novos atores, velho discurso. Primeiro relator da reforma da Previdência na Câmara, o deputado Alceu Moreira, do PMDB, reeditou FHC ao afirmar, em dezembro passado, que o “tempo da vagabundização acabou”.

Confrontada com a reforma trabalhista pretendida pelo governo de Michel Temer, a acusação mostra-se falaciosa. Além de aprovar a terceirização irrestrita, que precariza ainda mais as relações de trabalho no Brasil, o governo pretende flexibilizar as negociações coletivas de modo a permitir jornadas de até 14 horas por dia, sem pagamento de horas extras. Ao esgotar a força de trabalho até o limite de suas capacidades, o governo parece querer substituir supostos vagabundos por escravos modernos.

Os terceirizados recebem salários 24,7% menores do que aqueles dos efetivos, permanecem no emprego pela metade do tempo, além de enfrentar jornadas maiores, atesta um dossiê da Central Única dos Trabalhadores preparado por técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com dados de 2013. Os processos trabalhistas não deixam dúvidas sobre a precarização dos subcontratados, mais vulneráveis a acidentes laborais, a calotes dos empregadores e a condições degradantes de trabalho.

A despeito dos alertas de especialistas, procuradores e juízes do Trabalho, Michel Temer não esconde a intenção de sancionar o projeto recém-aprovado pela Câmara, que libera a subcontratação de mão de obra para todas as atividades de uma empresa. A iniciativa tende, porém, a comprometer a arrecadação previdenciária, exatamente no momento em que o governo federal propõe uma draconiana reforma do setor, com a justificativa de domar o déficit projetado com base no envelhecimento da população.

“Por si só, a reforma da Previdência já tem um componente que vai levar a uma retração enorme das receitas. Os jovens sentem-se desmotivados para contribuir. O trabalhador rural não tem condições de pagar todo mês o seu carnê da Previdência, por não ter renda contínua para isso. Dado o marketing negativo sobre a previdência pública, as camadas de mais alta renda tendem a buscar aposentadorias privadas”, afirma Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Não por acaso, a captação líquida dos fundos de previdência privada cresceu 20% em 2016, segundo a Fenaprevi, que congrega empresas do setor.

Embora o governo argumente que os terceirizados continuarão com os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), são previstos dois fenômenos que levarão ao rebaixamento da massa salarial e à redução das contribuições previdenciárias. O primeiro é a demissão de

grande contingente de trabalhadores para a futura recontração por empresas terceirizadas, com salários e benefícios reduzidos, explica Fagnani, um dos organizadores do livro *Previdência: Reformar para excluir?*, editado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip), em parceria com o Dieese.

Não é tudo. Muitos empregados podem se ver forçados a se converter em microempreendedores individuais ou abrir pequenas empresas. “Nesses casos, a alíquota de contribuição é menor, e ele tende a colaborar pelo valor mínimo”, diz Fagnani. “Há uma tendência de ocorrer um rebaixamento de até 25% dos salários. Apenas o assalariado com carteira assinada costuma contribuir para a Previdência, e a terceirização vai quebrar essa espinha dorsal. É uma combinação explosiva.”

Outra armadilha é a elevada rotatividade da mão de obra subcontratada. Segundo um estudo do Dieese, os trabalhadores de setores tipicamente terceirizados permanecem no emprego por, em média, 2,7 anos. Os funcionários contratados diretamente ficam por 5,8 anos, mais do que o dobro.

“Dificilmente o terceirizado vai conseguir se aposentar”, alerta Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. “Pela proposta do governo, só terá direito a algum benefício quem contribuir por 25 anos. É preciso considerar, porém, que esse trabalhador viverá diversos períodos de desemprego. Portanto, esse período de contribuição pode representar, na verdade, 35, 40 anos de serviço, dentro e fora do sistema formal.”

Para justificar a elevação do período de contribuição e da idade mínima para a aposentadoria, a equipe econômica de Temer apresenta catastróficas e suspeitas projeções de déficit no setor, lastreadas no processo de envelhecimento da população. Quase sempre evocam-se os modelos de países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas desconsideram-se as condições socioeconômicas radicalmente distintas.

Ao nascer, o brasileiro tem uma expectativa de vida de 75 anos, muito abaixo dos 81,2 anos, em média, dos países da OCDE. Para minimizar tal discrepância, o governo costuma alegar que um grande contingente de brasileiros não chega à velhice em razão da mortalidade infantil e das jovens vidas perdidas para a violência.

De fato, quando se considera a esperança de vida de quem chegou aos 65 anos, a disparidade é menor. Mesmo assim, o brasileiro tem alguns anos a menos na comparação com os europeus e norte-americanos. Além disso, a média nacional desconsidera a forte desigualdade socioterritorial, como se paulistanos e sertanejos nordestinos tivessem as mesmas condições de vida e longevidade.

AINDA DISTANTE DAS NAÇÕES DESENVOLVIDAS

Esperança de vida da população aos 20 e 65 anos de idade*

	20 ANOS		65 ANOS	
	2005-2010	2095-2100	2005-2010	2095-2100
Brasil	75,1	88,7	82,6	90,6
Argentina	76,8	88,1	82,2	89,7
Chile	79,5	91,8	83,9	92,9
México	78,2	90,3	83,2	91,6
Estados Unidos	79,0	89,0	83,9	90,5
Alemanha	80,3	91,4	83,9	92,3
Portugal	79,3	91,5	83,3	92,5
Itália	82,0	93,4	84,9	94,1
Suécia	81,5	91,9	84,4	92,7

Fonte: OIT (2015) / Ipea



Análise

Notícia

Além disso, é um equívoco dizer que praticamente todos os países da OCDE possuem 65 anos de idade mínima para aposentadoria. Na maioria dos casos, trabalha-se com outro conceito, o de idade de referência. Na Itália, para citar um exemplo, a idade de referência para a aposentadoria dos homens é de 66 anos e, para as mulheres, é de 62 anos. Isso não significa que os italianos não possam receber benefícios previdenciários antes disso, desde que tenham contribuído por 15 anos e estejam dispostos a receber um valor menor.

Com idade de referência superior a 65 anos, Portugal, Suécia e Estados Unidos permitem a aposentadoria a partir dos 57, 61 e 62 anos de idade, respectivamente. "Estamos criando regras mais rígidas do que as de nações com uma expectativa e uma qualidade de vida superiores às nossas. Outro aspecto pouco discutido é que o Brasil tem uma densidade de contribuições muito menor, por conta da elevada rotatividade do trabalho e do grande número de trabalhadores rurais, autônomos e domésticos", afirma Milko Matijascic, doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

No Brasil, 20,5% da população trabalha por conta própria e 4,6% dedica-se a alguma forma de economia familiar, índices muito superiores ao de nações desenvolvidas. Esse fenômeno, associado à elevada informalidade do mercado de trabalho nativo, faz com que apenas 31,4% da população em idade ativa (15 a 64 anos) contribua para a Previdência Social. Nos países desenvolvidos, o percentual é quase o dobro.

MENOS DE UM TERÇO DOS BRASILEIROS CONTRIBUI

Cobertura da população em idade ativa e dos aposentados (em %)*

	CONTRIBUINTES SOBRE A POPULAÇÃO DE 15 A 64 ANOS	COBERTURA DA POPULAÇÃO APOSENTADA		
		TOTAL	CONTRIBUTIVOS	NÃO CONTRIBUTIVOS
Brasil	31,4	86,3	50,0	36,3
Argentina	35,7	90,7	63,6	27,1
Chile	40,4	74,5	29,5	45,0
México	25,1	25,2	3,0	22,2
Estados Unidos	78,5	92,5	87,6	4,9
Alemanha	59,9	100,0	-	-
Portugal	58,6	100,0	-	-
Itália	58,2	81,1	75,1	6,0
Suécia	92,8	100,0	52,0	48,0

Fonte: OIT (2015) / Ipea

Os dados são da Organização Internacional do Trabalho, e foram compilados por Matijascic em um texto para discussão do Ipea, publicado em 2016. "Se o Brasil lançasse mão de um programa de formalização do emprego, boa parte do déficit projetado para o futuro deixaria de existir. Caminhamos, porém, no sentido contrário. A terceirização pode implicar multiplicação dos microempreendedores e dos empregos provisórios." O texto aprovado pela Câmara estica o período do trabalho temporário de três meses para seis meses.

Entre os "exitosos" modelos empurrados ao Brasil pelos neoliberais figura o do Chile. Em 1981, durante a ditadura de Augusto Pinochet, o governo desse país decidiu privatizar a previdência. Adotou-se um sistema de capitalização individual, no qual os trabalhadores recebem com base no que contribuíram ao longo da vida. Os fundos são gerenciados por empresas privadas, que usam os recursos para fazer aplicações financeiras. Atualmente, 91% da população chilena recebe uma aposentadoria inferior a 760 reais, segundo recente reportagem do jornal *El País*. Poucados da reforma de Pinochet, muitos militares ostentam benefícios superiores a 20 mil reais.

Antes de a população chilena perceber o engodo neoliberal e sair às ruas contra o sistema, o modelo privatista foi replicado por diversas nações da América Latina. Principal laboratório das medidas propostas pelo Consenso de Washington para "estimular o crescimento na América Latina", o México colhe até hoje os efeitos danosos da opção feita em 1997. Com um elevado grau de informalidade no mercado de trabalho, a maioria da população economicamente ativa não contribui para o sistema, que oferece um benefício médio de 4 mil pesos mexicanos (cerca de 640 reais) aos trabalhadores do setor privado. Resultado: apenas 23% dos cidadãos com mais de 65 anos estão cobertos. O restante depende da caridade ou de programas sociais de alcance limitado.

*Colaborou Miguel Martins.

<https://www.cartacapital.com.br/revista/946/a-terceirizacao-irrestrita-ameaca-a-sobrevivencia-da-previdencia-social>

Bradesco terceiriza setor e demite bancários com 30 anos de casa

Sobrecarregados e sem direitos garantidos, terceirizados não conseguem desempenhar funções, o que cria problemas para as agências

William De Lucca



Arte: Dooder/FreePik com Spbancários

Nem bem a terceirização irrestrita foi aprovada, os efeitos nocivos que já atormentavam os bancários começam a se agravar em setores do Bradesco. O Departamento de Suporte de Produtos e Serviços (DSPS), na Cidade de Deus, teve 10 trabalhadores, muitos com mais de 30 anos de banco e perto da estabilidade pré-aposentadoria, demitidos. E os terceirizados, em menor número e contratados com salários menores e menos benefícios, não conseguem suprir a demanda da área.

O processo de terceirização do setor de expedição de malotes começou em dezembro do ano passado, e a conclusão estava prevista para o mês seguinte. Como a empresa contratada não tinha conseguido suprir a demanda de cerca de 5,4 mil malotes expedidos diariamente, 24 horas por dia, o prazo para a conclusão da terceirização foi estendido até fevereiro deste ano. Nesse período, os bancários do setor continuaram trabalhando, com a garantia de que seriam realocados para outras áreas ao fim do processo.

"Na oportunidade, os gestores garantiram a realocação, mas não foi o que aconteceu. Já foram demitidos cerca de 10 funcionários, muitos deles com mais de 50 anos de idade, alguns em estabilidade pré-aposentadoria e outros perto de consegui-la", denuncia o cipeiro da Cidade de Deus, Valdemar Piu-Piu.

Segundo ele, as demissões não tiveram critérios justos, e os gestores que cuidavam do setor durante o dia alegaram que apenas foram avisados sobre os desligamentos dos trabalhadores do período da noite e que não participaram das decisões.

"Os colegas estão revoltados com isso, porque os gestores do período da manhã não acompanham o serviço dos outros turnos, não dão feedback sobre o trabalho, então como podem avaliar o nosso desempenho? Agora está todo mundo indo trabalhar tenso, porque sabemos que podemos ser chamados a qualquer momento e perder o emprego", lamenta Valdemar Piu-Piu.

"Após quatro meses da mudança, a empresa terceirizada continua tendo dificuldade em manter a qualidade do serviço que era feito por bancários, e muitas agências têm reclamado de problemas com o desempenho atual", conta, lembrando que o serviço era feito por 30 bancários e agora é realizado por 19 terceirizados que recebem salário inferior ao piso da categoria, têm jornada maior e outros direitos, como o vale-refeição, mais baixos.

Valdemar diz que o setor é mais uma prova de como a terceirização é ruim para os trabalhadores que perdem seus empregos e para os terceirizados, que têm sobrecarga e menos direitos. "O Bradesco não pensa na sua responsabilidade social quando demite colegas faltando pouco tempo para a aposentadoria. É injusto e cruel por parte da gestão", finaliza.

<http://spbancarios.com.br/04/2017/bradesco-terceiriza-setor-e-demite-bancarios-com-30-anos-de-casa>

Dieese mostra que quanto mais fortes os sindicatos, maior a resistência

Em 2016, melhores acordos salariais vieram de negociações por categoria e não por empresa, comprovando que quanto mais unidos os trabalhadores estiverem, melhores os resultados das negociações

Luiz Carvalho



O desenrolar do golpe em 2016 afundou o Brasil na crise econômica e a classe trabalhadora sentiu na pele os resultados. Apenas 19% das negociações conquistaram aumento real de salário, equivalente ao pior índice já visto, em 2003, ano em que o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) passou a computar sistematicamente esses dados, gerando uma série histórica. De acordo com o balanço apresentado pelo departamento, (<http://cut.org.br/system/uploads/ck/files/Balanco-reajustes-2016.pdf>) 37% dos acordos ficaram abaixo da inflação e 44% igualaram. Já a variação real média de 2016 ficou negativa (-0,52%), outro resultado que não era visto há 14 anos.

Também em 2016, houve ampliação na quantidade de reajustes salariais parcelados. Entre 2008 e 2013, essa modalidade de aumento oscilou entre 4% e 5%. Já em 2016, repetiu a tendência de 2015 e dobrou, atingindo 30% das negociações.

Mas a situação poderia ser ainda pior. No recorte por tipo de negociação entre aquelas que obtiveram reajuste salarial é possível verificar que as negociações coletivas (por categoria) dão um banho nos acordos coletivos (por empresa): 85,9% para a primeira contra 14,1% para a segunda.

A vitória da luta por categoria ocorre justamente porque categorias como bancários e metalúrgicos conduzem negociações em âmbito nacional, por meio de confederações, ou mantêm forte presença no local de trabalho e amplo diálogo com os empregadores.

Em suma, quanto mais ampla for a organização dos trabalhadores, maior o poder de barganha e a capacidade de alcançar resultados positivos, como aponta o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre.

“Não é por acaso que os golpistas tentam a todo custo quebrar as entidades sindicais e votam a toque de caixa a Reforma Trabalhista e a Terceirização que têm como objetivos tirar direitos, fragmentar e fragilizar a organização da classe trabalhadora. O objetivo deles é facilitar a vida dos patrões para que possam elevar o lucro à custa da exploração e piora nas condições de trabalho”, criticou Sérgio.

A visão é compartilhada pelo técnico do Dieese, Luís Ribeiro que faz um alerta: se a terceirização, como aprovada pelos deputados federais e sancionada pelo ilegítimo Michel Temer (PMDB), avançar, a tendência é que as campanhas salariais fiquem cada vez piores.

“As negociações por categoria, que envolvem mais sindicatos, tem resultado mais favorável há muitos anos. Se a terceirização for implementada e os sindicatos ficarem enfraquecidos, com um crescimento dos processos de negociação por empresa, dividindo as categorias, muito provavelmente teremos queda na renda da classe trabalhadora. Quando mais organizadas as categorias e mais abrangentes são acordos e mais fortes as negociações”, falou Ribeiro.

Serviços

Não por acaso, o setor que mais enfrenta problemas com a terceirização foi também o que teve o pior resultado. Quase a metade das negociações registrou reajustes abaixo da inflação e esse foi também o segmento que teve a maior perda real média, 0,64% abaixo da inflação.

“Neste segmento há grande pulverização nas negociações, só escapam mesmo as categorias mais fortes, como a bancária, que tem negociação nacional. Mas muitas têm dificuldade devido à precária relação de trabalho e à fragmentação”, avalia.

O cenário é confirmado pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, Alci Araújo: “Em setores terceirizados de cidades como Cubatão, Mauá e Rio Grande do Sul, a administração pública contratar terceirizadas, não repassa os valores para manutenção de contratos de serviços e os trabalhadores sequer recebem o salário do mês. Então, antes mesmo de discutir reajuste, lutamos para acabar com esse cenário”, apontou.

O que pesou

No processo de negociação, o Dieese avalia que a inflação é um fator primordial, mas em 2016 ano a confiança fragilizada pelo golpe foi mais relevante, responsável por impactar diretamente os investimentos dos empresários, foi preponderante.

“No ano passado a inflação vinha em queda, mas o desempenho das negociações foi muito ruim, comparada a anos anteriores. Acreditamos que isso se deva em grande parte à queda do PIB em todos os setores e ao desemprego altíssimo, que impacta muito. O medo de investir e foi um limitador nas discussões dos empregadores com os trabalhadores, assim como a falta de investimento público na economia, que gera incertezas gerais”, analisa Ribeiro.

Fator democracia

Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), Paulo Cayres, negociou no setor que teve o resultado menos desfavorável dentro do segmento indústria. Quase um quarto das negociações não obteve aumentos reais e 17% das negociações registraram reajustes abaixo da inflação, o menor do setor. Mas os reajustes acima de inflação tiveram variação real média negativa (-0,48%).

“Numa época de crise, o poder de barganha ficar reduzido, porque o trabalhador fica com medo de perder o emprego. O empresário baixa a margem de lucro, mas não deixa de ter e é inconcebível não repassar a inflação. O problema é que o empregador trata o trabalhador como custo em ao como investimento, ainda que tenhamos uma mão de obra muito barata, o salário brasileiro hoje se nivela ao chinês”, criticou.

Outro ponto essencial dessa equação, avalia Cayres, é o fator democracia. “O golpe faz com que as instituições democráticas deixem de funcionar como deveriam e mesmo que você tenha uma apelação dos trabalhadores em dissídio, sempre acabam perdendo. Isso também influencia e o ataque que acaba se fortalecendo contra direitos dos trabalhadores.”

“O trabalhador não tem outra alternativa a não ser sair às ruas para defender seu salário, seu emprego e de toda sua família. A fragilização dos direitos e das organizações sindicais é o que pode acontecer de pior para quem não é dono da empresa. Por isso, vamos todos à greve geral no dia 28 de abril”, convoca Sérgio Nobre.

<http://cut.org.br/noticias/dieese-comprova-quanto-mais-fortes-os-sindicatos-maiores-as-conquistas-62af/>



**DIREÇÃO NACIONAL: Greve Geral já tem data!
Dia 28 de abril, vamos parar o Brasil!**



A Direção Nacional da CUT, reunida em Brasília, no dia 29 de março, deliberou pela organização da greve geral como ação estratégica da CUT para derrotar a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a terceirização propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Trata-se de uma iniciativa construída com o conjunto das centrais sindicais.

Vamos parar o País no dia 28 de abril, mandando mais uma vez nosso recado para a quadrilha que tomou o poder através do golpe e para sua base de parlamentares corruptos no Congresso: **NENHUM DIREITO A MENOS!** A greve geral será um passo decisivo na luta que continuaremos a travar, sem trégua, para derrotar o governo golpista.

Transformaremos abril num mês de lutas. Sairemos às ruas, como fizemos nos dias 8 e 15 de março, para denunciar e repudiar a reforma da Previdência, que pretende acabar com a previdência pública no Brasil. Sairemos novamente às ruas para denunciar e repudiar a reforma Trabalhista, que rasga a CLT e gera o trabalho precário. Iremos para às ruas para repudiar o PL 4302, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados numa manobra espúria do presidente da casa, Rodrigo Maia, que fragiliza a organização sindical e permite a terceirização na atividade fim, condenando os/as trabalhadores/as a “viverem de bico”, sem nenhuma segurança em relação ao trabalho e a direitos básicos, como férias, décimo terceiro, jornada de trabalho, descanso remunerado, horas extras, entre outros direitos fundamentais, conquistados após décadas de lutas.

Essa deliberação foi tomada após uma cuidadosa análise de conjuntura.

Passamos por uma profunda recessão econômica, que atinge todos os setores da economia e que se aprofunda por causa da desastrosa política de austeridade do atual governo. Em vez da prometida retomada do crescimento, assistimos à pior recessão da história e à projeção de um crescimento medíocre para os próximos anos, transformando o período 2011-2020 em mais uma década perdida.

As principais vítimas desse processo são os/as trabalhadores/as penalizados/as com o desemprego, que atinge a assombrosa marca de cerca de 13 milhões de pessoas, ou que veem diminuir sua renda, vivendo na incerteza em relação ao trabalho e à proteção social.

A Direção nacional da CUT também constatou o agravamento da crise institucional e política que abala o País, como revelam as tensões entre membros do STF e o Ministério Público, assim com as rugas do Judiciário com o Congresso, onde grande parte dos parlamentares encontra-se na lista das delações premiadas como suspeitos de corrupção. São esses parlamentares que buscam desesperadamente e sem qualquer pudor uma saída legal para o mal feito, legislando em interesse próprio, empenhados na aprovação de uma lei que acoberte seus crimes e os isente da punição.

O governo ilegítimo também foi atingido no seu núcleo de poder com denúncias de corrupção. Nos primeiros seis meses do atual governo, seis Ministros caíram e outros cinco encontram-se sob suspeita. O próprio Presidente corre o risco de ser cassado pelo TSE. No meio da crise, no entanto, o governo ilegítimo mostra a que veio ao ser conduzido ao poder através do golpe. Veio para rasgar a Constituição e destruir pilares do Estado de Direito, enquanto promove o desmonte das políticas de proteção social, a privatização de estatais e bancos públicos, a entrega da exploração de nossas riquezas naturais a empresas estrangeiras, comprometendo a soberania nacional. Veio também para retirar direitos da classe trabalhadora.

Temos motivos de sobra para repudiar o governo ilegítimo e para conclamar a classe trabalhadora para a greve geral no dia 28 de abril.

**NÃO À TERCEIRIZAÇÃO
NÃO À REFORMA TRABALHISTA
NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA
NENHUM DIREITO A MENOS!
FORA TEMER!**

DIREÇÃO NACIONAL DA CUT

<http://cut.org.br/noticias/greve-geral-ja-tem-data-cbec/>



Manifesto

Política econômica visa estabelecer subserviência ao estrangeiro, dizem intelectuais

Documento diz que programa aplicado pelo governo "não fez parte de qualquer candidatura vitoriosa nas eleições de 2014"

Um manifesto criticando as recentes medidas tomadas pela gestão do governo golpista de Michel Temer foi publicado por intelectuais da sociedade civil, de entidades sindicais e universidades. Nomes como Aldo Fornazieri, Ladislau Dowbor, Luis Carlos Bresser-Pereira, Márcio Pochmann, Mario Scheffer, Roberto Amaral, entre outros, assinam o texto, lembrando que "o programa não fez parte de qualquer candidatura vitoriosa nas eleições de 2014: nem para o Poder Executivo, nem para o Poder Legislativo".

Os intelectuais, que se reuniram na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), afirmam ainda que "sendo um governo transitório, falta-lhe, pois, norte, tempo e popularidade para implementar as mudanças de fato exigidas pelo país".

O documento critica, por exemplo, o desmonte trabalhista. Segundo os intelectuais, a "terceirização, se irrestrita e ilimitada, poderá representar a eliminação de direitos trabalhistas da parcela mais vulnerável da população brasileira".

O texto critica também a política de juros e a fragilização da Petrobras; as mudanças nas regras da Previdência; e sugere que sejam garantidas as eleições de 2018, a defesa da empresa nacional e o papel dos bancos públicos.

De acordo com o manifesto, "está claro o propósito da atual política econômica, de estabelecer para o Brasil nas próximas décadas o rumo da subserviência ao estrangeiro, da exclusão social, do desprezo à cidadania e à democracia, em contraposição ao Brasil que almejamos, democrático, soberano, economicamente desenvolvido e socialmente inclusivo".

Confira a íntegra do manifesto:

A urgência de um novo projeto de nação:

Por um país democrático, soberano, economicamente desenvolvido e socialmente inclusivo

Reunidos na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, nós, cidadãos das mais diversas visões políticas, representantes de instituições da sociedade civil e de entidades sindicais e empresariais, unificados pela preocupação comum em relação aos destinos do país em momento tão grave de sua história, externamos nossos pontos de vista sobre alguns dos temas mais urgentes da atual conjuntura.

Desde abril último, presenciamos a imposição de um programa de ruptura do pacto social brasileiro, estabelecido pela Constituição de 1988. Por mais que tenham aprová-lo a toque de caixa no Congresso Nacional, salta aos olhos que tal programa não fez parte de qualquer candidatura vitoriosa nas eleições de 2014: nem para o Poder Executivo, nem para o Poder Legislativo. Sendo um governo transitório, falta-lhe, pois, norte, tempo e popularidade para implementar as mudanças de fato exigidas pelo país.

1 – Impõe-se defender a democracia e, sobretudo, as eleições de 2018, para impedir quaisquer formas de perseguição política, cerceamento da liberdade de opinião. Afirmamos, também, ser inaceitável qualquer mudança no regime político e no sistema de governo, que não passe pelo crivo das urnas.

2 – A empresa nacional, a reindustrialização do Brasil e o investimento em ciência e tecnologia devem ser defendidos por qualquer governo comprometido com o desenvolvimento nacional.

3 – A política econômica vigente, de interesse exclusivo do mercado financeiro rentista, nacional e internacional, é responsável pela escalada do desemprego. Leva angústia e desespero a milhões de pessoas, e coloca em risco a estabilidade social. Neste quadro, é insensato propor reformas que têm como objetivo suprimir direitos sociais e trabalhistas conquistados há décadas. Elas não reformam a casa dos brasileiros. Derrubam seus alicerces.

4 – Juros exorbitantes, câmbio apreciado, fragilização deliberada da Petrobras, justamente quando a companhia descobriu a maior reserva de petróleo do planeta dos últimos 30 anos, abandono da política de conteúdo local que possibilitou a industrialização acelerada do país a partir dos anos 50 do século passado, desconstrução do BNDES, essencial como indutor do desenvolvimento, tudo isso configura um cenário que, se não for revertido, nos remeterá ao passado.

5 – A terceirização, se irrestrita e ilimitada, poderá representar a eliminação de direitos trabalhistas para a parcela mais vulnerável da população brasileira e o rebaixamento dos padrões de civilização e justiça do nosso pacto social.

6 – As mudanças na previdência não podem inviabilizar a aposentadoria de parte substancial da população brasileira e destruir a solidariedade entre gerações, classes sociais e regiões do país.

7 – Ao invés de encarecer o crédito público direcionado para o investimento, excedendo em muito os padrões internacionais que asseguram a integração global competitiva, é preciso trazer a taxa de juros básica para patamares minimamente compatíveis com a média internacional e com a rentabilidade da atividade produtiva e de projetos de infraestrutura, sem o que será difícil e caro evitar a valorização cambial do Real.

8 – Sem taxa de câmbio competitiva, nossa desindustrialização será aprofundada. O real sobrevalorizado inviabiliza investimentos nacionais de longo-prazo e intensifica a transferência de empregos para o exterior.

9 – O rebaixamento do investimento público deve ser revertido. As exigências de conteúdo tecnológico local e nacional, em função de seu potencial indutor do investimento privado local, devem ser mantidas.

10 – Os bancos públicos têm um papel importante no financiamento do investimento privado e na geração de empregos, papel esse que não pode ser prejudicado pela eliminação ou grande encarecimento de suas fontes de recursos, aumentando juros e inviabilizando inversões de maiores risco, prazo e conteúdo tecnológico.

Está claro o propósito da atual política econômica, de estabelecer para o Brasil nas próximas décadas o rumo da subserviência ao estrangeiro, da exclusão social, do desprezo à cidadania e à democracia, em contraposição ao Brasil que almejamos, democrático, soberano, economicamente desenvolvido e socialmente inclusivo.

Nossa democracia não pode ser atropelada por um processo demasiadamente atabalhado de mudanças nos estatutos legais que regulam nosso pacto social, retirando direitos fundamentais. A pressa é inimiga da legitimidade, porque visa bloquear o debate público e, particularmente, tolher a participação dos maiores afetados por essas reformas.

Vivemos um momento delicadíssimo. Nosso país, uma das 10 maiores economias do mundo, não pode se apeguear. Urge resistir ao desmonte em curso, do Estado, da economia e da política. É este o nosso compromisso.

São Paulo, 22 de março de 2017.

Seguem as assinaturas. Veja em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/05/politica-economica-visa-estabelecer-subservencia-ao-estrangeiro-diz-manifesto/>



Acontecendo

FRETE BRASIL
POPULAR

Calendário Geral

7 de abril (Dia Mundial da Saúde): Mobilização dos movimentos de saúde em várias cidades

7 de Abril: Paralisação dos estudantes universitários convocada pela UNE

- Meados de Abril: Indicativo de Greve Geral.

17 de Abril (1 ano da aprovação do Impeachment na Câmara): Jornada nacional de mobilização do MST pela reforma agrária, durante toda semana. E haverá mobilizações da Via campesina em todo mundo

17 e 18 de Abril: Conferência nacional da Comunicação

21 de Abril: Ato da FBP em Ouro Preto-MG, durante as atividades para Medalha Tiradentes, com a presença de Lula.

24 de Abril: Reunião do Coletivo Nacional da FBP

1º de Maio: Dia do/a Trabalhador/a – Centenário da 1ª. Greve Geral – atos em todas as cidades

2 e 3 de Maio: Vigília e mobilização em Curitiba, durante o depoimento de Lula.

26 a 28 de Maio: Encontro do FNDC – Em defesa da democracia e liberdade de expressão

Calendário de Lutas

2.1. Greve Geral: houve o entendimento com base na avaliação do dia 15/03, de que essa conjuntura favorece a convocatória de uma Greve Geral, e que só ela poderá impor uma derrota aos golpistas no que tange a Reforma da previdência. Contudo, as centrais ainda estão debatendo a melhor data para essa convocação. O indicativo é que a Greve seja realizada em meados de Abril. A data que deverá ser construída entre as Frentes e as Centrais, será anunciada nos próximos dias.

2.2. Mobilização nos estados: Nos dias 31 de Março e 1 de Abril realizar nos estados escrachos aos deputados que defendem a Reforma da Previdência, bem como às organizações Globo, que são o núcleo ideológico do golpe que propagandeia o desmonte da Previdência. Onde for possível, as ações devem fazer referência ao aniversário do Golpe de 64, relacionando-o com o Golpe em curso.

2.3. 1º. de Maio - Dia do/a Trabalhador/a (Centenário da 1ª. Greve Geral) : realização de atos em todas as cidades, lançando o Plano popular de Emergência.

2.4. Depoimento de Lula em Curitiba: realização de uma vigília a partir do dia 2 de Maio, e de um grande ato no dia 3, quando ocorrerá o depoimento de Lula ao juiz Sérgio Moro, reunindo milhares de pessoas em frente ao Tribunal e na Praça.

2.5. Dia da Votação da Reforma da Previdência na Câmara (1º. Turno): Haverá uma primeira votação na comissão, que já é carta marcada. Depois vai para o plenário da câmara dos deputados, para primeira votação que pode de fato barrar a reforma dadas as deserções do campo governista. Não data ainda prevista, talvez tenhamos condições de saber uma semana antes. Mas desde logo há acordo e devemos ir preparando nossas bases e militantes.

a) Na semana da votação, fazer vigílias com jejuns de 5 dias, com alguns companheiros/as ocupando as câmaras de vereadores, Prefeituras e ou escolas e lugares públicos, para denunciar na sociedade o golpe em curso que vai tirar o direito de aposentadoria.

b) No dia da votação, promover trancamento de rodovias.

c) Debater com movimento sindical, sobre a viabilidade de uma greve geral também no dia da votação.

d) Realizar também a vigília e jejum nas assembleias legislativas estaduais e na câmara dos deputados, e para isso envolver religiosos, intelectuais, artistas e pessoas conhecidas da sociedade, para dar maior relevo ao movimento de protesto.



Assembleia Geral

07/04: Primeira convocação às 18h30 e a segunda às 19h00
Sede do sindicato: Rua José Viana Lobo, 298, Formosa – GO

Pauta
Eleição da Comissão Eleitoral que coordenará as eleições da nova diretoria para o triênio 2017/2020
Alteração do estatuto da entidade.



10º Congresso Ordinário da FETEC-CUT/CN

17, 18 e 19 de abril de 2017
Palace Hotel, - Cuiabá – MT

Pauta:

1. Aprovação do Regimento Interno do 10º Congresso;
2. Balanço da Federação;
3. Conjuntura;
4. Alteração Estatutária;
5. Plano de Ação; 6) - Eleição do Sistema Diretivo.

Os Critérios de participação no Congresso são os aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada nos dias 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2016, os quais deverão ser observados pelos sindicatos.



SINTRAF- AP promoveu encontro para Planejamento de Gestão 2017 e Curso de Formação Política

Nos dias 31/03, 01 e 02/04, o Sindicato dos Bancários do Estado do Amapá, realizou o planejamento Sindical e Curso de Formação Política. Na oportunidade o presidente da Contraf, Beto Von Der Osten, fez a análise de Conjuntura.

O professor da UERJ Helder Molina, ministrou o curso “História, Atualidade e Papel do Sindicato na Sociedade”.

Também houve a participação dos companheiros da CUT/AP Rogerio Pantoja e Francinaldo Flexa, falando sobre privatização e terceirização das empresas públicas (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, e demais estatais).

Dayane Machado, diretora do SINTRAF-AP avalia que o curso foi realizado num momento de grande importância em virtude do atual cenário político no qual, o governo ilegítimo brasileiro vem dilacerando a classe trabalhadora com propostas de reformas irracionais.

Afirma ela: “Para nós, trabalhadores e trabalhadoras do Sindicato dos Bancários do Amapá é a destruição dos direitos trabalhistas duramente conquistados ao decorrer dos anos”.



Guerra e revolução: o mundo um século após Outubro de 1917, do filósofo italiano Domenico Losurdo, é um trabalho contundente que traz o necessário debate sobre a questão do revisionismo histórico, entendido pelo autor como um largo processo de construção ideológica da burguesia contrarrevolucionária.

O livro que agora chega ao Brasil é da maior importância para a reflexão sobre o momento histórico de grande ofensiva reacionária e de reação conservadora em que vivemos. É preciso mergulhar na crítica e nas propostas apresentadas por Domenico Losurdo.

Mais informações em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/04/03/o-mundo-um-seculo-apos-outubro-de-1917/>



BOLETIM inFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim InFormativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim
Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

